

REQUERIMENTO Nº /2007.

(Do Sr. DOMINGOS DUTRA)

*Propõe a criação da Subcomissão Especial
de Extrativismo e Pesca no âmbito da
Comissão de Agricultura, Pecuária,
Abastecimento e Desenvolvimento Rural*

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 29, I, do Regimento Interno, venho requerer a criação da **Subcomissão Permanente de Extrativismo e Pesca** no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

JUSTIFICATIVA

O professor da Universidade de Brasília (UnB), Marcel Bursztyn, afirma que o conceito de sustentabilidade surgiu há pouco tempo, e tem como idéia central o princípio da precaução, ou seja, antes do desenvolvimento de uma atividade produtiva deve ser feita uma avaliação de todos os tipos de impactos que essa atividade pode causar. A implantação dos projetos deve ser cautelosa para que não cause danos irreversíveis.

Nesse sentido, a criação dessa subcomissão atende aos cuidados indicados pelo pesquisador da UnB, por tratar de duas atividades que – se mal conduzidas – podem causar um devastador impacto ambiental, social e



EE0D0AB505

econômico.

O extrativismo é praticado em áreas de relativa ou total conservação, em estados como o Amazonas, Pará, Maranhão e Bahia, gerando empregos e renda, geralmente por populações tradicionais, muitas vezes em concomitância com a agricultura familiar. Essa exploração, em alguns espaços permite a auto-sustentabilidade da comunidade e, ainda, a conservação dos recursos naturais renováveis.

A importância do extrativismo é vital, pois é uma atividade econômica que permite materializar o desenvolvimento sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental, com interesses sociais de melhoria de vida das populações que habitam áreas extrativistas.

Apesar dessas vantagens sócio-econômicas, as áreas de extrativismo são ameaçadas por outras práticas. no maranhão, por exemplo, a implantação de fazendas de gado, traz preocupações para cerca de 400.000 famílias que auferem a maior parte da sua renda do extrativismo do babaçu.

A coleta do babaçu era uma atividade livre. hoje, alguns fazendeiros derrubam os babaçuais e/ou proíbem a coleta. Cerca de um milhão de pessoas depende do babaçu no Maranhão, Tocantins e Piauí.

O outro tema proposto para essa subcomissão é a atividade pesqueira é uma das mais antigas fontes de alimentação no Brasil, uma prática presente antes mesmo do Brasil-Colônia. Como atividade econômica, a pesca cresce em importância de forma progressiva, especialmente com os incentivos dados ao setor, a partir da década de 60.

Até os anos 60, a atividade pesqueira no Brasil era predominantemente artesanal e sua produção estava voltada basicamente para atender o mercado interno. A partir da política de incentivos, aliada à regulamentação, começou o desenvolvimento da pesca industrial, voltada, preferencialmente, para o mercado externo.

Recentemente, o setor vive uma retomada, especialmente com os atuais resultados econômicos favoráveis à atividade. Há demandas por políticas de crédito subsidiado para investimento no reaparelhamento do sistema produtivo da pesca, ou seja, aquisição de barcos com tecnologias avançadas, com a



EE0D0AB505

presença de sonares, GPSs para localização de fundos de pesca comercializáveis etc.

Ao mesmo tempo, não se deve deixar de lado os cuidados necessários para que o desenvolvimento do setor pesqueiro aconteça de forma sustentável, para que sejam respeitadas áreas de proteção e conservação, ao mesmo tempo que os trabalhadores da pesca sejam amparados nos períodos em que não possam trabalhar.

A atividade pesqueira no Brasil têm um grande potencial, mas é preciso fiscalização e controle para que o desenvolvimento seja feito com cuidado, evitando repetir os erros cometidos por outros países que geraram um passivo ambiental enorme e acabaram por comprometer a própria sustentabilidade da atividade.

A criação dessa subcomissão vai permitir a discussão e proposição de alternativas para fomentar a pesca profissional, acompanhando e propondo políticas públicas na área, além de incentivar a formação de colônias de pescadores, a criação de cooperativas e a fundação de frigoríficos. Além disso, será um espaço para a discussão e proposição de alternativas para a pesca industrial e a aquicultura.

Sala da Comissão, 27 de fevereiro de 2007.

Justiça se faz na luta

Deputado DOMINGOS DUTRA (PT/MA)



EE0D0AB505